



O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NOS TRANSTORNOS DA LEITURA E DA ESCRITA

Luzia Almeida de Oliveira¹
Maria Inês Santana Oliveira²
Gladson de Oliveira Santos³

GT6 - Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é discutir aspectos relevantes da atuação psicopedagógica frente aos distúrbios de aprendizagem da leitura e da escrita. Realizou-se pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, referente à tipologia e principais características dos transtornos da leitura e da escrita, bem como a importância do enfrentamento psicopedagógico. Constatou-se que a educação precisa deixar de interpretar os transtornos de aprendizagem como barreiras intransponíveis e passar a buscar o desenvolvimento do educando, em suas especificidades. Para isso, faz-se necessário a formação de professores preparados para lidar com as alterações de aprendizagem, tendo em vista que, inicialmente, a escola participará nos processos de identificação e adaptação terapêutica dos distúrbios.

PALAVRAS-CHAVES: Transtornos de leitura e escrita, psicopedagogia, necessidades educacionais, avaliação e intervenção psicopedagógica.

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss relevant aspects of psychopedagogical activity in relation to reading and writing learning disorders. An exploratory bibliographic research was carried out, referring to the typology and main characteristics of the disorders of reading and writing, as well as the importance of psycho-pedagogical confrontation. It was found that education needs to stop interpreting learning disorders as insurmountable barriers and to seek the development of the learner, in their specificities. For this, it is necessary the formation of teachers prepared to deal with the changes of learning, considering that, initially, the school will participate in the processes of identification and therapeutic adaptation of the disorders.

KEYWORDS: Reading and writing disorders, psychopedagogy, educational needs, evaluation and psychopedagogical intervention.

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior pela UCB, graduada em História-Licenciatura pela UFS, Professora da rede estadual de Sergipe e discente do curso de pós-graduação em Especialização Em Psicopedagogia Clínica E Institucional. Email: almeida.lu@hotmail.com.

² Pós-graduada em Psicomotricidade, graduada em Psicologia e Letras Inglês, ambas pela UFS. Atualmente é professora titular aposentada - Secretaria da Educação do Desporto e Lazer, psicóloga clínica, psicóloga da Prefeitura Municipal de Aracaju e professora do curso de pós-graduação em Terapia Cognitivo-Comportamental do Instituto Minerva de Educação Avançada - IMEA. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Tratamento e Prevenção Psicológica e Saúde Mental. Email: mines_psicologia@yahoo.com.br.

³ Mestre em Ciências Sociais pela UFRN (2010), especialista em Docência do Ensino Superior pela UCB (2007), graduado em História/Licenciatura (2004) e História/Bacharelado (2010) e graduando do curso de Fonoaudiologia/Bacharelado, todos pela Universidade Federal de Sergipe.. Professor do ensino fundamental da rede pública do município de Tobias Barreto-SE. Email: gladsonde@yahoo.com.br.



INTRODUÇÃO

A Psicopedagogia é uma ciência relativamente nova, mas de uma amplitude que engloba todo processo de conhecimento relacionado às dificuldades e problemas de aprendizagem, os quais, quando comprometidos de forma patológica, são considerados transtornos de aprendizagem. Dentre estes, encontram-se os transtornos da leitura e da escrita, objetos de estudo deste artigo.

Faz-se, por demais, importante diferenciar dificuldades de aprendizagem de transtornos de aprendizagem, uma vez que inúmeros estudos referem-se a ambos como sinônimos. Porém “A presença de uma dificuldade de aprendizagem não implica necessariamente um transtorno” (RELVAS, 2008, p. 52).

As dificuldades de aprendizagem, de acordo com este autor, “podem ser causadas por problemas passageiros, como por exemplo, um conteúdo escolar, que nem sempre oferece à criança condições adequadas para o sucesso”. Além disso, o autor ainda alerta para a possibilidade de elas poderem ser “secundárias para outros quadros avaliativos, tais como alterações das funções sensoriais, doenças crônicas, transtornos psiquiátricos, deficiência mental e doenças neurológicas” (RELVAS, 2008, p. 53-54).

Para Fonseca (2005), a dificuldade de aprendizagem refere-se a um termo mais amplo e mais geral que contém na sua definição as causas que dizem respeito ao aprendente, aos conteúdos pedagógicos, ao professor, aos métodos de ensino, bem como ao ambiente físico e social da escola.

Quanto ao distúrbio de aprendizagem, Capovilla (2009) diz referir-se mais a questões intrínsecas do aluno, como as relativas a disfunções neurológicas, concordando com Fonseca (1995), que relaciona o distúrbio de aprendizagem a um grupo de dificuldades específicas e pontuais, caracterizadas pela presença de uma disfunção neurológica.

“Os Problemas de aprendizagem referem-se a situações difíceis enfrentadas pelas crianças normais e pelas crianças com um desvio do quadro de normalidade, mas com expectativa de aprendizagem a longo prazo (alunos multirrepetentes)” (JOSÉ; COELHO, 2002, p. 23). Por último e mais amplo está o conceito de Transtorno de Aprendizagem que diz respeito a um conjunto de sinais sintomatológicos que provocam uma série de perturbações no



aprender da criança, interferindo no processo de aquisição e manutenção de informações de uma forma acentuada (RELVAS, 2008, p. 53).

Brito estabelece uma diferença nas terminologias acima em termos de abordagens teóricas, da seguinte forma:

Os termos distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem têm sido utilizados de forma aleatória, tanto na literatura especializada como na prática clínica e escolar, para designar quadros diagnósticos diferentes. Os defensores da abordagem comportamental preferem a utilização do termo distúrbio, Os construtivistas parecem ser adeptos do termo dificuldade. O termo “dificuldade” está mais relacionado a problemas de ordem psicopedagógica e/ou sócio - culturais, ou seja, o problema não está centrado apenas no aluno, sendo que essa visão é mais frequentemente utilizada em uma perspectiva preventiva; O termo “distúrbio” está mais vinculado ao aluno, na medida em que sugere a existência de comprometimentos neurológicos em funções corticais específicas, sendo mais utilizado pela perspectiva clínica ou remediativa (BRITO, s.d., P. 1).

O objetivo desse trabalho é discutir aspectos relevantes da atuação psicopedagógica frente aos distúrbios de aprendizagem da leitura e da escrita. Realizou-se pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, referente à tipologia e principais características dos transtornos da leitura e da escrita, bem como a importância do enfrentamento psicopedagógico.

CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DOS TRANSTORNOS DA LEITURA E DA ESCRITA

O transtorno de aprendizagem, segundo o DSM V, está classificado como transtorno do neurodesenvolvimento e se manifesta, “inicialmente, durante os anos de escolaridade formal, caracterizando-se por dificuldades persistentes e prejudiciais nas habilidades básicas acadêmicas de leitura, escrita e/ou matemática”, cujo desempenho apresenta-se abaixo da média para a idade do indivíduo. Este transtorno também pode ocorrer com pessoas que apresenta altas habilidades intelectuais, manifestando-se apenas “quando as demandas de aprendizagem ou procedimentos de avaliação (p. ex., testes cronometrados) impõem barreiras que não podem ser vencidas pela inteligência inata ou por estratégias compensatórias”. É importante frisar que tal transtorno pode promover alguns prejuízos na vida do indivíduo,



como nas “atividades que dependam das habilidades, inclusive no desempenho profissional” (APA, 2014, p. 73).

Os Transtornos de Aprendizagem dizem respeito à inabilidade específica, como leitura, escrita aritmética, nas pessoas com resultados muito abaixo do esperado para o seu nível de desenvolvimento intelectual e escolar. De acordo com Coelho et al. (s.d., p. 1), a origem dos Transtornos de Aprendizagem se dá “a partir de distúrbios na interligação de informações em várias regiões do cérebro, os quais podem ter surgido durante o período de gestação”. Para estes autores, o desenvolvimento cerebral do feto é um fator importante que contribui para o processo de aquisição, conexão e atribuição de significado às informações. Assim, eles entendem que:

qualquer fator que possa alterar o desenvolvimento cerebral do feto facilita o surgimento de um quadro de Transtorno de Aprendizagem, que possivelmente só será identificado quando a criança necessitar expressar suas habilidades intelectuais na fase escolar (COELHO et al. S. d., p. 1).

A etiologia dos transtornos de aprendizagem ainda é pouco conhecida, entretanto, muitas das causas desses problemas, de acordo com Vieira, advém de fatores cognitivos, como mostra no excerto abaixo:

(...) por parte dos alunos, conhecimento reduzido, pensamento concreto não conceitualizado, linguagem pouco utilizada em termos introspectivo e reflexivo, falta de hábitos de leitura e de escrita, repetências escolares freqüentes, poucas experiências representacionais ou simbólicas, ausência de curiosidade cultural, alienação cotidiana e outros (VIEIRA, s.d., P. 7).

Existem fatores sociais que também são determinantes na manutenção dos problemas de aprendizagem, e entre eles o ambiente escolar e contexto familiar são os principais componentes desses fatores (COELHO et al., s.d).

TIPOS DE TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

A dislexia é definida como um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração. É considerado o distúrbio de maior incidência nas salas de aula (LUZ, 2010). O termo dislexia apresenta na sua composição o prefixo dis, que significa distúrbio ou dificuldade; e lexia, do latim *lecture*, que significa leitura ou do grego *lexis* que



significa palavra. Assim, tem-se o significado distúrbio da leitura ou de linguagem (LANHEZ e NICO, 2002).

Este distúrbio é um obstáculo para a aprendizagem na medida em que impede o pleno desenvolvimento da leitura e da escrita. As crianças com dislexia apresentam dificuldades em construir e desenvolver a leitura e a escrita, mas, apesar destas dificuldades, as crianças disléxicas apresentam intelecto normal ou até mesmo superior e, por isso, podem se destacar em áreas que não dependem, exclusivamente, dessas habilidades (VIEIRA, 2008).

Juntar letras de forma aleatória são ações normais do processo de alfabetização, entretanto “essas dificuldades no disléxico são duradouras por terem causa neurológica com históricos hereditários. Podemos dizer, então, que é um transtorno de ordem neurobiológica” (MANO; MARCHELLO, 2015, P. 4).

Embora na comunidade acadêmica e escolar (professores, pedagogos e psicopedagogos) utilizem o termo dislexia para as dificuldades de aprendizagem relativas à leitura e à escrita, tanto o CID-10, como o DSM-V apresentam três tipos de transtornos específicos da aprendizagem: o Transtorno da Leitura, o Transtorno da Matemática, e o Transtorno da Expressão Escrita. Pode-se observar que ambos os manuais trazem características que se assemelham, tais como as que serão apresentadas a seguir.

Transtorno da Leitura

O transtorno da leitura, de acordo com Dantas e Alves (2011), é um distúrbio que no Brasil é ainda desconhecido. Geralmente seu diagnóstico é feito por exclusão, o que prejudica ações preventivas. Crianças com dislexia trocam letras por outras de sons parecidos e escritas também parecidas. Por exemplo, elas podem trocar o v por f; o d por b; o p por q. O disléxico também pode inverter palavras, engolir letras, juntar sílabas, no momento da leitura.

O CID 10 (1993) classifica o Transtorno da Leitura dentro dos transtornos específicos das habilidades escolares e o define como um transtorno caracterizado por uma dificuldade específica em compreender palavras escritas e de soletrar. As pessoas com este transtorno apresentam problemas no processamento visual das letras, bem como no processamento auditivo, ou seja, dificuldade na discriminação dos sons das palavras ou fonemas. Dessa forma, pode-se afirmar que se trata de um transtorno específico das habilidades de leitura, que não se refere à idade mental, problemas de acuidade visual ou baixo nível de escolaridade.



Os critérios diagnósticos para o transtorno da leitura, segundo o DSM-V (APA, 2014), são: a) que o rendimento da capacidade de leitura, relativa à correção, à velocidade ou à compreensão da leitura, esteja significativamente inferior à média para a idade, capacidade intelectual e nível de escolaridade do indivíduo; b) que a dificuldade de leitura apresentada pelo indivíduo interfira de modo significativo em quaisquer atividades que requeiram habilidades de leitura; c) que a dificuldade de leitura sejam maiores do que as dificuldades associadas a algum déficit sensorial; d) que a leitura oral se apresente distorcida, com substituições ou omissões; e) que ocorra lentidão na leitura silenciosa e falhas na compreensão do texto.

Transtorno da Expressão Escrita

O transtorno da escrita é ainda mais desconhecido dentre os transtornos da aprendizagem. O que se sabe é que “um transtorno apenas de ortografia ou caligrafia, na ausência de outras dificuldades da expressão escrita, em geral, não se presta a um diagnóstico de Transtorno da Expressão Escrita” (COELHO et al., s.d.p. 1). Estes autores ainda pontuam que as características de tal transtorno compreendem dificuldades na capacidade de escrever textos, com visíveis falhas gramaticais, ortográficas e de pontuação, desorganização textual e letras em garranchos ou ilegíveis, além de déficits de linguagem e perceto-motores.

O Transtorno da Expressão Escrita, de acordo com os critérios diagnósticos do DSM-V (APA, 2015), caracterizam-se por: a) a capacidade das habilidades de expressão escrita encontram-se significativamente inferior à média para a idade cronológica, capacidade intelectual e nível de escolaridade do indivíduo; b) a dificuldade na expressão escrita apresentada pelo indivíduo interfere de modo significativo nas atividades cotidianas que requeiram habilidades de escrita, como escrever frases gramaticalmente corretas e parágrafos organizados; c) na presença de algum déficit sensorial, as dificuldades de escrita excedem aquelas habitualmente a este associadas. Existem dois tipos de dislexia: a de evolução e a adquirida. A primeira é congênita e hereditária. A segunda surge como consequência de traumatismo craniano, acidente vascular, derrame etc. Assim, entende-se que a dislexia, como o próprio termo indica, não é uma doença, mas um distúrbio congênito ou adquirido (LANHEZ e NICO, 2002, p. 21).



Segundo a definição de Lanhez e Nico (2002), os quais se baseiam na definição da *International Dyslexia Association*, elaborada no Comitê de Abril de 1994, a dislexia é caracterizada pela dificuldade em decodificar palavras simples em uma idade em que isso não é mais aceitável. De acordo com seus estudos, a criança disléxica apresenta uma insuficiência no processo fonológico e também um atraso na aquisição e uso da linguagem. Mas não é só isso, há múltiplos fatores que justificam a presença da dislexia no indivíduo.

Pinheiro apresenta uma tripla origem da dislexia: uma biológica, que causa um déficit cognitivo; uma anormalidade cerebral e um déficit cognitivo. As influências ambientais, para ele, são vistas como atuantes nos três níveis (PINHEIRO, 2002). Apesar de a dislexia não ser causada diretamente por fatores ambientais, o meio influencia a melhora ou a manutenção do quadro.

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NOS TRANSTORNOS DA LEITURA E DA ESCRITA

O psicopedagogo tem um papel fundamental na realização do diagnóstico do TLE, cujo objetivo principal é identificar os fatores que dificultam o desenvolvimento da aprendizagem. Entretanto, esta busca só é possível, aliando-se as contribuições de outros campos do conhecimento, como a Pedagogia e a Psicologia. De acordo com Scoz, "a psicopedagogia estuda o processo de aprendizagem e suas dificuldades, e numa ação profissional deve englobar vários campos do conhecimento, integrando-os e sintetizando-os" (1992, p. 02).

Segundo Oliveira e Aguiar (2011, p. 2), "o psicopedagogo procura desenvolver estratégias que auxiliam o sujeito no processo de ensino/aprendizagem e a ressignificação das diferentes fases do desenvolvimento". Assim, entende-se que é papel da Psicopedagogia compreender quais as dificuldades e os problemas de aprendizagem, porque os sujeitos os apresentam e como solucioná-los. Para além do papel de avaliar e intervir nas dificuldades e problemas de aprendizagem, a Psicopedagogia busca preveni-los, na medida em que, ao estudar o desenvolvimento humano, bem como as metodologias de ensino e de aprendizagem, pode proporcionar estratégias que favoreçam o desenvolvimento normal e saudável do ser.

Assim, entende-se que o objeto de estudo da Psicopedagogia tem caráter preventivo e terapêutico. De acordo com Golbert, o preventivo diz respeito ao estudo do ser humano em



desenvolvimento, o ser educável, enquanto “o enfoque terapêutico considera o objeto de estudo da psicopedagogia a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem” (GOLBERT, 1985, p. 13).

Há que se considerar, também, que a Psicopedagogia tem um olhar multifacetado por compreender que o ser em desenvolvimento é fruto de uma construção bio-psico-socio-histórica e que influencia e é influenciado pelo meio no qual encontra-se inserido. De acordo com Neves:

A Psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades interna e externa da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais, procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos (1991, apud BOSSA, 2007, p. 21).

A AVALIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DOS TRANSTORNOS DA LEITURA E DA ESCRITA

O papel da Psicopedagogia está relacionado, não só ao estudo do processo de aprendizagem, mas também ao diagnóstico e tratamento de suas dificuldades, problemas ou transtornos. Sua metodologia requer uma análise da situação do aluno para chegar ao diagnóstico dos problemas e suas causas. Este processo se dá, inicialmente, levantando-se hipóteses a partir dos sintomas que o indivíduo apresenta, por meio de sua queixa, da queixa da família e da escola. É com a compreensão do indivíduo em suas diversas dimensões, que o psicopedagogo poderá ajudá-lo a reencontrar seu caminho, superar as dificuldades que impeçam um desenvolvimento harmônico e que estejam se constituindo num bloqueio da comunicação dele com o meio que o cerca (MORAES, 2010). Para isso, a autora diz que é “necessário conhecer o sujeito em seus aspectos neurofisiológicos, afetivos, cognitivos e sociais, bem como entender a modalidade de aprendizagem do sujeito e o vínculo que o indivíduo estabelece com o objeto de aprendizagem, consigo mesmo e com o outro” (p. 3).

Moraes, citando Bossa, diz que, “o psicopedagogo também pesquisa as condições para que se produza a aprendizagem do conteúdo escolar, identificando quais são os obstáculos e os elementos que facilitam, quando se trata de uma abordagem preventiva” (2010, p. 3). A autora observa que alguns elementos facilitadores e obstáculos são condicionados a diferentes



fatores, fazendo com que cada situação seja única e particular. Identificar estes elementos e propor atividades que solucione tal problemática é o que visa o psicopedagogo.

Diagnosticar não é um processo fácil. Portanto, há que se lançar mão da multidisciplinaridade para se obter um resultado o mais preciso possível, a fim de que as intervenções propostas sejam planejadas adequadamente, de acordo com o que cada caso requer. Os dados necessários à investigação diagnóstica devem ser colhidos de diversas fontes: relato dos pais e familiares; entrevistas a professores e outros atores do ambiente escolar ou institucional; observação do sujeito em situação natural e em avaliação. Neste sentido, de acordo com Moraes, a avaliação psicopedagógica envolve:

a) a identificação dos principais fatores responsáveis pelas dificuldades da criança. Precisamos determinar se trata-se de um distúrbio de aprendizagem ou de uma dificuldade provocada por outros fatores (emocionais, cognitivos, sociais...). Isto requerer que sejam coletados dados referentes à natureza da dificuldade apresentada pela criança, bem como que se investigue a existência de quadros neuropsiquiátricos, condições familiares, ambiente escolar e oportunidades de estimulação oferecidas pelo meio a que a criança pertence; b) o levantamento do repertório infantil relativo às habilidades acadêmicas e cognitivas relevantes para a dificuldade de aprendizagem apresentada, o que inclui: conhecimento, pelo profissional, do conteúdo acadêmico e da proposta pedagógica, à qual a criança está submetida; investigação de repertórios relevantes para a aprendizagem, como a atenção, hábitos de estudos, solução de problemas, desenvolvimento psicomotor, linguístico, etc.; avaliação de pré-requisitos e/ou condições que facilitem a aprendizagem dos conteúdos; identificação de padrões de raciocínio utilizados pela criança ao abordar situações e tarefas acadêmicas, bem como déficits e preferências nas modalidades percentuais etc; c) a identificação de características emocionais da criança, estímulos e esquemas de reforçamento aos quais responde e sua interação com as exigências escolares propriamente ditas (MORAES, 2010, p. 4).

De acordo com Weiss (2004), o diagnóstico psicopedagógico caracteriza-se como uma investigação daquilo que está bem com o sujeito em relação a um rendimento esperado na aprendizagem e, por isso, torna-se importante o esclarecimento da queixa por todos os atores envolvidos: pais, escola e o próprio sujeito. Na primeira consulta, geralmente, realiza-se a anamnese com os pais ou responsáveis, ponto fundamental para um diagnóstico eficaz, pois, de acordo com a autora acima, a partir da anamnese, colhem-se informações capazes de relacionar os aspectos do passado, do presente e do futuro do sujeito, compreendendo a visão familiar de mundo e da história do indivíduo em avaliação.



O psicopedagogo é como um detetive que busca pistas, procurando solucioná-las, pois algumas podem ser falsas, outras irrelevantes, mas a sua meta fundamentalmente é investigar todo o processo de aprendizagem levando em consideração a totalidade dos fatores nele envolvidos, para, valendo-se desta investigação, entender a constituição da dificuldade de aprendizagem (SCOZ et al., 1987, p. 51).

Além da anamnese, outros recursos e instrumentos são utilizados no processo de avaliação psicopedagógica. Embora a escolha desses instrumentos dependa da metodologia e dos recursos disponíveis de cada profissional, podem-se elencar alguns deles. TCLPP (Teste de Competência de Leitura de Palavras e Pseudopalavras) que avalia a leitura via rotas logográfica, fonológica e lexical; EOCA (Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem), Técnicas Projetivas, Teste de Inteligência WISC-III, Provas Piagetianas, Atividades Pedagógicas de leitura e escrita, entrevista com a pedagoga da escola, observações e a utilização de jogos no decorrer do processo são importantes coadjuvantes na avaliação (BLUM et al, 2013).

Conforme visto acima, há um grande leque de possibilidades no processo de investigação que o psicopedagogo pode lançar mão, entretanto, é bom destacar, que, como dizem Lanhez e Nico (2002), o diagnóstico deve ser feito por uma equipe multidisciplinar formada por psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogo e, se necessário, deve-se fazer um encaminhamento a outros profissionais, como o neurologista, o oftalmologista, o geneticista, o otorrinolaringologista e o pediatra, a fim de que se possa verificar a existência de outros fatores que interfiram no processo de aprendizagem.

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NAS DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA

Capovilla e Montiel (2009) afirmam que a escrita é um processo físico, que envolve aspectos funcionais e organizacionais, considerando-a como a conversão de pensamentos e informações em símbolos gráficos, estando relacionada ao desenvolvimento intelectual, motor e efetivo. Segundo Cuetos (2012), conhecer as estratégias de leitura e escrita é um pré-requisito para a prevenção, identificação e tratamento das dificuldades de leitura e escrita.

Normalmente, crianças disléxicas têm a necessidade de transportar o que estão aprendendo para o campo da realidade concreta, e geralmente os conteúdos são mais bem aprendidos quando apresentados de forma a estimular os sentidos de tato, paladar, visão e sensação (LANHEZ e NICO, 2002).



São princípios básicos do trabalho em linguagem escrita com a criança, conforme Petronilo (2010):

estimular a descoberta e utilização da lógica de seu pensamento na construção de palavras e textos e na representação de fonemas; oferecer oportunidades para a escrita e leitura espontâneas; explorar constantemente as diversas funções da escrita (não apenas produção textual, mas também cartas e bilhetes); e explicitar as diferenças entre língua falada e língua escrita. É importante que a criança tenha adequada consciência de que a fala e a escrita são formas diferentes de expressão da linguagem. A principal indicação atual para o tratamento de crianças com dificuldades de linguagem escrita é a intervenção direta nas habilidades de leitura, associada a atividades relacionadas ao processamento fonológico da linguagem (PETRONILO, 2010, p. 4).

Outra possibilidade da intervenção psicopedagógica é atuar nas dificuldades por meio das atividades lúdicas. Brenelli (1996) considera linguagem lúdica é a mais apropriada para crianças e adolescentes, e que os jogos podem revelar a realidade interna da criança, dessa forma, a utilização de jogos com crianças que apresentam dificuldades poderia ser eficaz para garantir o interesse e a motivação, e possibilitar a construção ou aprimoramento dos seus instrumentos cognitivos, o que facilita a aprendizagem dos conteúdos.

Na escola, o psicopedagogo utiliza um instrumental especializado, sistema específico de avaliação e estratégias capazes de atender aos alunos em sua individualidade e de auxiliar o educando nas atividades escolares e além dos muros da escola, colocando o aluno em contato com suas reações diante da tarefa e dos vínculos com o objeto do conhecimento. Cabe ainda ao psicopedagogo assessorar a escola, reestruturando sua atuação junto a alunos e professores, redimensionando o processo de aquisição e incorporação do conhecimento no espaço escolar, ou seja, encaminhando o aluno para outros profissionais (CRUVINEL, 2014).

Todo tratamento psicopedagógico tem como objetivo a eliminação do sintoma apresentado pelo aluno. Assim, a relação psicopedagogo - paciente é medida por atividades bem definidas, cujo objetivo é “solucionar rapidamente os efeitos mais nocivos do sintoma para logo depois dedicar-se a afiançar os recursos cognitivos”. (PAÍN, 1986 apud BOSSA, 2007, p. 105). A utilização de jogos pode auxiliar o psicopedagogo tanto no processo diagnóstico quanto na intervenção, como é abordado por Bossa no trecho abaixo:

O efeito terapêutico está implícito no próprio ato de jogar e mais precisamente na interpretação do terapeuta, quando este, devidamente preparado, pode inferir o sentido latente que se mostra no jogo, pois ele funciona como uma via de expressão metonímia do desejo. No âmbito da psicopedagogia tal interpretação significa tornar explícito ao paciente os aspectos do seu mundo psíquico que incidem como obstáculos à aprendizagem (BOSSA, 2007, p. 110-111).



Oliveira et al. (s.d.) utilizaram, em uma oficina de apoio para a leitura e escrita através da intervenção psicopedagógica em escolas do município de João Pessoa, atividades lúdicas correlativas à leitura e à escrita, como Bingo de Letras, Trinca Rimada, Contação de Histórias com Fantoche, Construção de Livros, Montando Palavras, objetivando-se trabalhar a consciência fonológica, reconhecimento de letras, ortografia, segmentação, imaginação, criatividade e autonomia. Seus resultados apresentaram “um maior envolvimento por parte dos alunos e uma visível melhora no desempenho e desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita” (OLIVEIRA et al., s.d., p. 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de apresentarem dificuldades nos processos relacionados a leitura, escrita, soletração e ortografia, os disléxicos possuem altos níveis de inteligência e altas habilidades em áreas específicas. Para Lanhez e Nico (2002) ao simplesmente afastar as crianças disléxicas das salas de aula, sem considerar suas necessidades educacionais e habilidades específicas, as instituições, a instituição escolar acaba contribuindo para o desperdício da capacidade produtiva de cerca de 15% da população mundial.

A educação precisa deixar de interpretar a dislexia como uma barreira intransponível e passar a buscar o desenvolvimento do educando, em suas especificidades. Para isso, faz-se necessário a formação de professores preparados para lidar com as alterações de aprendizagem, tendo em vista que, inicialmente, a escola participará nos processos de identificação e adaptação terapêutica dos distúrbios (MOUSINHO, 2003).

Além disso, é imperativa a adoção de uma perspectiva preventiva relacionada às dificuldades escolares. Tal perspectiva deve estar estruturada na identificação precoce, a ser realizada nos primeiros anos de escolarização (VIEIRA, s.d., p.7). Nesse processo é fundamental o diálogo entre o professor com preparação conceitual para lidar com o distúrbio, da família, o psicopedagogo e profissionais da saúde envolvidos no processo terapêutico, tais como médicos, psicólogos e fonoaudiólogos, todos buscando a otimização das habilidades dos educandos com distúrbios e dificuldades de aprendizagem.



REFERÊNCIAS

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM V**. 2014. Disponível em: <http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cld-file/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obaudoeeducador/2015/DSM%20V.pdf>. Acesso em: 14/06/2017, às 12:00h.

BLUM, Emily Ann Francisco et al. Da avaliação à intervenção psicopedagógica: um estudo de caso. XI Congresso Nacional de Educação. PUC do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/11913611-Da-avaliacao-a-intervencao-psicopedagogica-um-estudo-de-caso.html>. Acesso em 07/06/2017, às 15h:52.

BOSSA, Nádia A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRENELLI, Rosely Palermo. **O Jogo como espaço para pensar: a construção de noções lógicas e aritmética**. Campinas: Papyrus, 1996.

BRITO, Dorival R. **Distúrbios da Aprendizagem**. Disponível online em < <http://www.dr-assessoria.com.br/da.pdf> > Acesso em 05/06/2017, às 21h:10.

CAPOVILLA, Fernando; MONTIEL, José. **Atualização em Transtornos de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.

Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas – coord. Organiz. Mund. Da Saúde; trad. Dorgival Caetano – Porto Alegre: Artmed, 1993.

CRUVINEL, Alice Conceição Rosa. A necessidade do psicopedagogo na escola. **Cadernos da Fucamp**, v.13, n.19, p. 95-105, 2014. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/viewFile/393/332>. Acesso em: 07/06/2017, às 16h:30.

CUETOS, F. PROLEC – **Provas de Avaliação dos Processos de Leitura: manual**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

DANTAS, Viviane Andrade de Oliveira; ALVES, Jamille de Andrade Aguiar. **Dificuldades de leitura e escrita: uma intervenção psicopedagógica**. V Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão, 2011. Disponível em <http://educonse.com.br/2011/cdroom/eixo%2014/PDF/Microsoft%20Word%20-%20DIFICULDADES%20DE%20LEITURA%20E%20ESCRITA.pdf>. Acesso em 07/06/2017, às 11h:17.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.



GOLBERT, Clarissa S. Considerações sobre as atividades dos profissionais em Psicopedagogia na Região de Porto Alegre, in **Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, ano 4, no. 8, agosto de 1985.

HENNEMANN, Ana Lúcia. **Sobre Transtornos, dificuldades, distúrbios e problemas de aprendizagem**. Set./2012. Disponível em:

<http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2012/09/sobre-transtornos-dificuldades.html>. Acesso em: 07/06/2017, às 17h:12.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2002.

LANHEZ, Maria Eugênci; NICO, Maria Angela. **Nem sempre é o que parece: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elseiver, 2002.

LUZ, M. A. P. C. Dislexia-dificuldades específicas nos processamentos da linguagem. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/artigos/113.pdf>. Acesso em 14/06/2017, às 14h:40.

MANO, A; MARCHELLO, A. Dificuldades e distúrbios de aprendizagem na concepção de professores de séries iniciais do ensino fundamental. **Revista científica eletrônica da pedagogia**. Ano XIII, sem., n. 25. Jul., 2015. Disponível em:

http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/BTZp7xYt6jlf3KJ_2015-12-10-15-54-18.pdf. Acesso em: 14/06/2017, às 14h:55.

MORAES, Deisy Nara Machado de. Diagnóstico e avaliação psicopedagógica. In: **REI – Revista de Educação do IDEAU**. v. 5 - n. 10 - Janeiro – Junho, 2010. Disponível em:

http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/203_1.pdf. Acesso em 07/06/2017, às 12h:23.

MOUSINHO, R. Conhecendo a dislexia. **Revista Sinpro** (Ed. Especial.): 26-33, 2003.

Disponível em: <http://www.fonolexus.com.br/upload/dislexia.pdf>. Acesso em: 14/06/2017, às 15h:50.

OLIVEIRA et al. **Oficina de apoio para a leitura e escrita através da intervenção psicopedagógica em escolas do município de João Pessoa**. S.d. disponível em:

<http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/4CEDPPPPOEXT2013800.pdf>. Acesso em: 07/06/2017, às 23h:31.

PETRONILO, Andréa et al. **Dislexia nas séries iniciais do ensino fundamental: como facilitar o aprendizado**. CONNEPSI, 2010. Disponível em:

<http://congressos.ifal.edu.br/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1717/1032>. Acesso em: 14/06/2017, às 20h:40.

PINHEIRO, A. M. V. Dislexia do desenvolvimento: perspectivas cognitivo-neuropsicologicas. Athos & Ethos. Volume 2, 2002.

RELVAS, Marta Pires. **Neurociências e Transtornos de Aprendizagem**: as múltiplas eficiências para uma educação inclusiva. 2 ed. RJ: Wak, 2008.



SCOZ, B. **Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SCOZ, Beatriz Judith Lima et al. **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

VIEIRA, A. M. J. Distúrbios de aprendizagem: dislexia. **Rev. Coordenação Pedagógica, Belo Horizonte**, n. 2, v. 1, , ago/dez, 2008.

VIEIRA, Dulce. **O papel da psicopedagogia frente às dificuldades de aprendizagem**. S. d. Disponível em: <http://tconline.utp.br/wp-content/uploads/2011/05/app-frente-as-dific-de-aprendizagem.pdf>. Acesso em 08/06/2017, às 00h:05.